

Os muitos jeitos de ser e de fazer das crianças: criação ou transgressão?

Elaine de Paula

O olhar das crianças permite revelar
fenômenos sociais que o olhar dos adultos
deixa na penumbra ou obscurece totalmente
Sarmiento e Pinto

Nos dias atuais são diversas as propostas que norteiam a prática de cuidado e de educação das crianças pequenas em espaços coletivos de educação. Dentre estas, pretendemos nos orientar, neste texto, pela proposta de construção de uma Pedagogia da Infância¹, que tenta demarcar as especificidades do trabalho com as crianças, considerando-as como atores sociais e, portanto, sujeitos de direitos.

A partir da proposta supra referida, as práticas marcadas historicamente pela coerção e pelo dogmatismo na relação com as crianças, deveriam estar em um processo de superação, pois o que preconiza é que as crianças possam ocupar seu lugar na história como sujeitos competentes para dizer de si mesmo ativos e produtores de cultura, e não apenas consumidores. Compreendemos, naturalmente, que não se trata de uma cultura autônoma, descolada da cultura do mundo adulto, mas sim de uma produção que traz consigo os elementos pertencentes a esse mundo adulto e carrega também a invenção, reinvenção e recriação gerada a partir das relações que as crianças travam com os outros seres humanos (adultos ou crianças) e que são reinterpretados ativamente e reinscritos por elas no circuito da cultura em geral.

Em nosso entender, ao reinscreverem, de forma ativa, estes elementos na cultura global, as crianças criam cultura. Esse processo de “reprodução interpretativa” (Corsaro, 2002), reforça nossa convicção de tomar as crianças como atores sociais e nos situa em um paradigma diverso daquele em que elas seriam dotadas da não razão, pois apesar da constatação empírica das singularidades da infância e de um vasto cabedal teórico sobre essa categoria social, ainda permanecem posturas que insistem em colocar em segundo plano os desejos, aspirações e idéias das crianças com o argumento da necessidade da

¹ A possibilidade de construção de uma Pedagogia que inclua a reflexão sobre a participação, a alteridade e os direitos das crianças foi apontada na pesquisa de doutorado realizada pela profa. Eloísa Acires Candal Rocha (Unicamp, 1999) a partir da análise da produção brasileira apresentada em reuniões científicas das áreas de história, psicologia, educação e ciências sociais.

manutenção de uma certa “ ordem social”². Ordem essa, muitas vezes, estabelecida unilateralmente e sem diálogo a partir do ponto de vista dos adultos que cuidam das crianças e as educam. Assim, qualquer manifestação contrária aos desígnios de tal ordem é considerada “subversiva”, impossibilitando, em muitos casos, que a criança “vire do avesso”³ a estrutura organizacional e temporal criada pelos adultos (e da qual esses adultos também são criaturas).

Nessa ótica, muitos espaços coletivos de educação ainda são marcados por rituais diários, nos quais o tempo cronológico se sobrepõe ao tempo da brincadeira. Ainda que não neguemos a necessidade de organizar-se a jornada cotidiana de tempo e espaço no trabalho pedagógico com as crianças, o que questionamos é a rigidez, a inflexibilidade e a formatação do dia-a-dia delas segundo moldes que não combinam com a vivência plena da infância.

Dentro de um esquema desse tipo, a defesa dos direitos das crianças torna-se paradoxal, pois se cerceiam em vários momentos suas ações, mesmo aquelas que parecem triviais, como correr, pular, gritar, discordar, experimentar; ou ainda os direitos, como o de não querer dormir, de não querer comer salada, de não querer parar de brincar. São ações e direitos dessa natureza que dão a elas o poder de se expressarem por meio das várias linguagens que as constituem, ou seja, de serem elas mesmas, ou só não serem, quando estiverem caracterizadas de algum personagem saído de seu repertório imaginativo e construído a partir de seu mundo simbólico, podendo ter assim, *“o mundo que se quer, segredo das crianças e dos poetas”*. (Schüler, 2005, p.60).⁴

Algumas vezes insistimos em fazer com que as crianças se comportem como “mocinhos”, que não se sujem, que não saiam da mesa sem antes comer tudo, que não conversem nos momentos das refeições, que não levem brinquedos para o refeitório ou para o parque, que falem somente quando autorizadas, que pintem apenas com a pontinha dos dedos, que se alegrem sem fazer barulho, que não fiquem conversando no banheiro, que não se toquem na “hora do sono”, que pesquisem e descubram apenas aquilo que lhes for permitido, enfim, que aprendam quando forem autorizadas, reforçando uma relação de subalternidade.

² Uso o termo “Ordem Social” num sentido micro sociológico, do espaço educativo das crianças e de seu controle normativo por parte dos professores.

³ Expressão utilizada por Maria Manuela Martinho Ferreira em sua tese de doutorado: “A gente aqui o que gosta mais é de brincar com outros meninos!”. (Ferreira, 2002)

⁴ SCHÜLER, Donaldo. Império Caboclo. Florianópolis,:UFSC, 2005

Consideramos importante não aceitar estas relações de poder pura e simplesmente como “naturais”. Refletir se essa relação de poder não decorre, apenas, da necessidade do professor “facilitar” o controle sobre o grupo de crianças, muitas vezes, diante da inadequação dos espaços educativos, quer em relação à infra-estrutura física, quer em relação à sobrecarga de trabalho, carga horária, etc., que acabam por comprometer o cotidiano, embora muitas vezes não percebamos ou admitamos a importância desses problemas.

As crianças não são simplesmente um “objeto de condicionamento passivo”⁵, porque se movimentam e criam formas de burlar e transgredir essas regras. Estamos entendendo esses jeitos, que as crianças encontram para transpor o que lhes é determinado, como uma das especificidades da infância e como o cerne do processo de inovação, de criação que, dialeticamente articulado ao processo de reprodução, é responsável pelas transformações sócio-culturais que empreendemos ao longo do tempo e, conseqüentemente, pela instituição do novo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os grandes aliados na luta pelo reconhecimento do direito das crianças viverem sua infância (inclusive o direito de transgredir) são elas mesmas, que resistem, reagem, questionam e discordam das imposições dos adultos, principalmente quando a justificativa para a manutenção da ordem é completamente arbitrária e contrária às necessidades e aos interesses das crianças.

A não conformidade das crianças às normas pré-estabelecidas e a criação de outros jeitos de fazer são, justamente, o que as diferenciam dos adultos. A disposição de experimentar esses outros jeitos de fazer sem preocupar-se com as conseqüências dos seus atos a médio e curto prazo é, em nosso entender, um ponto central na diferenciação entre crianças e adultos, talvez a base principal dessa capacidade de reagir à “ordem social” que falávamos acima.

Aquilo que as faz terem outros mundos, instituindo outros elementos e expressando, assim, uma cultura infantil. Esse jeito de compor novas modas, de inventar estratégias para atender seus interesses e imprimir sua marca, amiúde faz dela uma transgressora sob a ótica do adulto.

Ora! Então é preciso se questionar: Por quem são criadas as regras? A que interesses atendem? Quem as deve seguir? Com quem se debate a pertinência ou não

⁵ BROUGÉRE, Gilles. Brinquedo e Companhia. São Paulo: Cortez, 2004

das normas estabelecidas? As diferenças são reconhecidas ou contempladas? Quais as justificativas para a criação dessas regras?

Talvez as crianças, sujeitos de pouca idade, porém não com menos direitos, não se sintam contempladas naquilo que é estabelecido sem a sua participação mais efetiva e, portanto, busquem outros modos de fazer as coisas, e quem sabe não seja por isso que sorriem mais.

Compreendemos que o debate em torno das relações de poder travadas na escola entre adultos e crianças merece ser ampliado e aprofundado se de fato pensamos na educação como passo importante para a constituição de sujeitos autônomos e felizes. Para tanto faz-se necessário reconhecer a alteridade das crianças, ampliar os conhecimentos que elas trazem para o contexto educativo, respeitar e estimular o repertório imaginativo que expressam e percebê-las como produtoras ativas de cultura, dando visibilidade às ações das crianças, às suas mil maneiras de ser, e ao que as torna tão diferentes e tão singulares: sua simultaneidade, sua imprevisibilidade, sua originalidade, sua racionalidade, enfim, sua criatividade.

Nesse sentido, organizar cenários para que as crianças possam ser crianças, possam ampliar suas experiências afetivas, sociais e cognitivas, possam viver seu tempo, e não o tempo do adulto. É preciso organizar e diversificar espaços para que as crianças possam se expressar com liberdade e não de maneira fortuita. É necessário valorizar as ações das crianças, tentando entender a lógica e a capacidade que elas têm de imitar uma minhoca, de observar o movimento das formigas, de se pintar como uma joaninha, ou ainda de perseguir uma lagarta, de se disfarçar como um casulo ou de se transformar numa borboleta, enfim, muito mais que isso, é preciso ouvi-las, conhecê-las, respeitá-las, e entender sua forma diferente de pensar, de imaginar, de criar, de sentir.

Quem sabe assim possamos não mais entender como mera transgressão os jeitos de fazer das crianças. É urgente, portanto, buscar um melhor entendimento sobre os universos infantis, conciliando a conduta do professor com os interesses das crianças. Essa busca incessante de uma alteridade na relação com elas faz-se no sentido de melhor entendê-las, esforçando-se para nos abstrair do mundo adultocêntrico, para melhor compreendê-las e torná-las mais felizes, tentando garantir assim, um de seus direitos básicos: o de viver como criança.

Bibliografias:

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e Companhia. São Paulo: Cortez, 2004

CORSARO, William A .. A reprodução interpretativa no brincar ao faz-de- conta das crianças. Educação, Sociedade e Cultura, nº 17, 2002, p. 113-134.

FERREIRA, Maria Mauela Martinho. “A gente o que gosta mais é de brincar com outros meninos.” Tese de Doutorado em Ciências da Educação. Universidade do Porto, 2002.

ROCHA, Eloísa A. . A pesquisa em educação infantil no Brasil: Trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia da educação infantil. Tese – Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SCHÜLER, Donaldo. Império Caboclo. Florianópolis: UFSC, 2005